

## **Modernização do espaço rural na região cacauzeira: Manejo do cacau e condições dos trabalhadores (1940-1990)**

Modernization of rural space in the cocoa region:  
Cocoa management and worker conditions (1940-1990)

*Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca*<sup>1</sup>

*Jaciane Aparecida Jesus da Cruz*<sup>2</sup>

*Filipe França Neves de Oliveira*<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Doutor em História (PPGH-UFF) e Professor Visitante Adjunto de História do Atlântico (PPGH/DFCH-UESC). Faz parte do Grupo de Estudos em História Econômica e do Pensamento Econômico (GEHEPE-UESC). Contato: tvmfonseca@uesc.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1347-2018>

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História do Atlântico e da Diáspora Africana da Universidade Estadual de Santa Cruz (PPGH-UESC). É pesquisadora de História Urbana e Estudos sobre a Região Cacauzeira, desenvolvendo no momento dissertação intitulada “Décadas Lavigne e Pessoa: Intervenções Urbanas em Ilhéus (1924-1943)” Faz parte do Grupo de Estudos em História Econômica e do Pensamento Econômico (GEHEPE-UESC). Contato: jacyjcruz@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9448-2321>

<sup>3</sup> Graduando do curso de História da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). É pesquisador de História de Empresas e Estudos sobre a Região Cacauzeira. No momento desenvolve Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Grupo Empresarial Chaves: análise da construção civil, exploração imobiliária e inovações arquitetônicas (Itabuna, 1984-1990).” Faz parte do Grupo de Estudos em História Econômica e do Pensamento Econômico (GEHEPE-UESC). Contato: ffndeo@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6286-9531>

## **RESUMO**

O presente artigo é uma análise das transformações no manejo do cacau e suas repercussões para os trabalhadores rurais no sul da Bahia, dentro do processo de modernização agrícola 1940 e 1990. A monocultura cacauzeira, marcada por períodos de florestas e crises como a da vassoura-de-bruxa, trouxe mudanças estruturais no processo produtivo, impactando diretamente as condições de trabalho e a organização social na região. O texto discute como as inovações tecnológicas afetaram a produtividade e a relação dos trabalhadores com a terra, focando na transição de práticas agrícolas tradicionais para métodos mais industrializados e nos desafios de sazonalidade e precariedade no trabalho. A partir de uma revisão bibliográfica e análise de fontes históricas, como dados quantitativos, relatórios e boletins técnicos da CEPLAC, este estudo busca contribuir para a compreensão do desenvolvimento agrícola e seus efeitos sociais no sul da Bahia.

**PALAVRAS-CHAVES:** Cacau, Modernização Agrícola, Trabalhadores Rurais.

## **ABSTRACT**

This article analyzes the changes in cocoa management and their repercussions for rural workers in southern Bahia, as part of the agricultural modernization process between 1940 and 1990. Cocoa monoculture, marked by periods of forest destruction and crises such as the witches' broom disease, brought structural changes to the production process, directly impacting working conditions and social organization in the region. The text discusses how technological innovations affected productivity and the relationship between workers and the land, focusing on the transition from traditional agricultural practices to more industrialized methods and the challenges of seasonality and precariousness in work. Based on a bibliographic review and analysis of historical sources, such as quantitative data, reports, and technical bulletins from CEPLAC, this study seeks to contribute to the understanding of agricultural development and its social effects in southern Bahia.

**KEYWORDS:** Cocoa, Agricultural Modernization, Rural Worker.

## O contexto histórico e social da região cacauceira

A "zona cacauceira" é uma área geograficamente delimitada, definida por Santos (1957), abrangendo o Recôncavo ao extremo sul da Bahia. Sua definição é técnica, com foco na produção de cacau, utilizada para fins de planejamento e análise econômica. Santos também menciona discrepâncias entre as áreas consideradas produtivas e a produção real.

Por outro lado, a "região cacauceira" é um conceito mais abrangente que inclui as dinâmicas econômicas, sociais, culturais e históricas ligadas à produção de cacau. Ela abrange processos como urbanização, comércio, infraestrutura, e modos de vida, representando um conjunto mais amplo de interações. A "região cacauceira" oferece uma visão mais holística da importância dessa área para a economia e sociedade da Bahia, enquanto a "zona cacauceira" tem uma abordagem técnica e produtiva.

O baixo sul baiano tem sua história marcada pela monocultura cacauceira, sendo a região com maior produção de cacau de todo o país até a década de 1990. O cacau surge no baixo sul no final do século XIX e passa por diversos ciclos e crises. Em 1989, momento de última crise, começa a surgir em algumas fazendas o fungo que seria responsável pela queda da cacauicultura na região, a vassoura de bruxa.

Do seu estabelecimento até a crise da vassoura de bruxa, as fazendas cacauceiras passam por mudanças estruturais no que tange a produção, manejo e escoamento do cacau. As modificações perpassam pelo processo de secagem até a logística de transportes, como a troca de tropeiros e carroças por automóveis, e ferrovia<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Santos (1957) afirma que a região do baixo sul só teve um povoamento de forma contínua a partir da implementação da cacauicultura. Sendo assim compreender seus processos de

O cacau chegou ao Brasil no início do século XVIII, sendo introduzido na Bahia por volta de 1746. A região sul da Bahia, com seu clima e solo favoráveis, tornou-se um dos principais polos produtores de cacau do mundo. As técnicas tradicionais de manejo, inicialmente rudimentares, envolveram práticas como a fermentação em cochos e a secagem em barcaças, estruturas simples de madeira onde as amêndoas eram expostas ao sol. Este processo, apesar de eficaz, demandava grande esforço físico e tempo, dependendo fortemente das condições climáticas. (Freitas e Paraíso, 2001)

Para compreender o estabelecimento da monocultura do cacau, previamente se faz necessário compreender as condições climáticas que propiciaram seu afloramento na região, pois segundo Santos (1957) o cacau é um dos frutos que possui uma exigente ecologia vegetal para seu estabelecimento. Freitas (2023) afirma que a zona em que o cacau se desenvolve na Bahia é a região com melhores condições naturais, tendo os melhores índices pluviômetros com médias de chuvas superiores a 700mm/ano.

Freitas (2023) também destaca a cidade que seria a representação do sul cacauceiro mundo afora, Ilhéus. Essa cidade contém o melhor índice de chuvas de toda a Bahia, permitindo afirmar que o solo do baixo sul tem em sua composição um excesso de água que propiciou o surgimento de florestas densas que futuramente seriam preservadas para servirem no sombreamento de pés cacauceiros. Essa estrutura de florestas de sombreamento tem sua denominação de Cabruca devido a prática de cabrocamento, segundo Santos (1957), a plantação de cacau se torna um sub-bosque ensombrado pela floresta.

Santos (1957) afirma que quando não há a preservação dessa floresta, uma alternativa é a queimada ou derrubada dessa floresta utilizando desse

---

produção, manejo e escoamento são primordiais para compreender todo o povoamento do Sul da Bahia.

processo para adubação do solo, todavia na derrubada dessa floresta faz-se necessária novas plantações de sombreamento, sendo muito utilizado bananeiras para essa tarefa.

Outro ponto a se observar é a presença de litorais próximos à região de plantio de cacau como também a presença de diversos cursos fluviais, conforme afirma Garcez e Freitas:

É baixa, no conjunto e se caracteriza pela presença de restingas isoladas ou soldadas umas às outras e ao continente, dando origem a largas planícies. As embocaduras de cursos fluviais (Pardo, Contas, Jequitinhonha, Mucuri, etc.) e a presença de várias baías: Camamu, Ilhéus, Santa Cruz, Porto Seguro, etc, ajudam na caracterização da costa baiana. (Garcez; Freitas, 1975, p. 05)

Essas características mencionadas são de valor para a compreensão do enraizamento histórico e cultural do cacau na região, evidenciando suas características físicas que propiciaram a cacauicultura.

Sobre os ciclos do cacau no Sul da Bahia, entre 1746 e 1989, Rocha (2008), os divide em seis fases distintas. O primeiro ciclo foi marcado pela estagnação inicial do plantio, e fracassadas tentativas de colonização. O segundo ciclo viu o reinício do plantio e a expansão da exportação. No terceiro ciclo, o cacau se tornou a base econômica da região, consolidando-se internacionalmente, apesar de crises climáticas e o crash de 1929.

O quarto ciclo trouxe a modernização da produção, mas também sinais de declínio devido a pragas. O quinto ciclo continuou a modernização, mas foi impactado pela vassoura-de-bruxa em 1989. O sexto ciclo, desde então, tem sido caracterizado por uma crise profunda, êxodo rural e esforços de recuperação através da clonagem do cacau.

O cacau teve seu desenvolvimento inicial muito precário, e passou por diversas crises ao longo do tempo, mesmo que nenhuma delas tenha sido tão danosa quanto à de 1989. O sexto ciclo, marcado pela crise profunda após a vassoura-de-bruxa, trouxe desafios significativos para a região, como o êxodo rural e o declínio da produção, que impactaram diretamente a economia local e o modo de vida de milhares de trabalhadores. Desde então, os esforços de recuperação têm se concentrado em estratégias como a clonagem do cacau e a diversificação da produção, na tentativa de revitalizar a economia e superar as adversidades geradas pela praga.

A falta de informações acerca de técnicas de cultivo, junto com a ausência de transportes logísticos, que não só dificultaram a implementação inicial dessa cultura, como também acirrou e intensificou disputas territoriais nas terras ao redor dos cursos fluviais que havia na região, rios esses responsáveis pelo escoamento do cacau.

Freitas (2023) afirma que somente na primeira década do século XX, foram tomadas medidas visando melhorar o escoamento das safras. Anterior a esse período a região era servida pela Companhia Navegação Baiana - desde 1870 - entretanto o funcionamento das embarcações se apresentava sempre de maneira irregular e inconstante, não suprimindo as demandas regionais.

A monocultura cacauceira foi acompanhada da transferência fundiária de pequenos e médios produtores para os agentes comerciais da região, em especial os credores que lá operavam. Freitas (2023) afirma que o crédito hipotecário foi um forte elemento nesse processo de concentração de renda. Quando se analisa os principais credores<sup>5</sup> (1890-1930) observa-se que grande parte deles é de grandes proprietários de terras que atuavam aqui na região.

---

<sup>5</sup> Ressalta-se que nesse período do final do século XIX até as décadas iniciais do XX não havia nenhum banco na região, e muitos produtores também não atendiam às exigências

Destaca-se que muitos desses créditos eram emprestados a juros exorbitantes para os produtores, fazendo com que em momentos de flutuação do preço da safra, o principal prejudicado seja o pequeno e médio produtor que não tinha condições de manter suas propriedades devido aos custos de manutenção e aos empréstimos tomados<sup>6</sup>.

A partir do cruzamento de fontes de Oliveira (2000), sobre o caxixe, e Freitas (2023), que expõe o fato dos diretores da empresa Wildberg & Cia., observa-se que não chegariam a acordos amigáveis até ter seus empréstimos reembolsados, afirmando que isso os diretores sabiam de que o reembolso poderia causar suicídios, perdas e incêndios criminosos de propriedades.

É factível a percepção de que a monocultura cacauceira foi muitas vezes criminosa e cruel para a população cacauceira. Freitas (2023) ainda enfatiza que a forma de reger os negócios da Wildberg & Cia. não era uma exceção e sim regra dos principais credores.

Os processos culturais que estavam em voga na zona do cacau pareciam ser responsáveis pela grande movimentação da força de trabalho, com períodos de concentração e fases de dispersão. Durante a época da entre-safra, quando não havia trabalhos agrícolas intensos, os cacauicultores, geralmente, dispensavam parte de seus empregados, que eram necessários ou até

---

legais. Para obter crédito bancário ou oficial, sendo assim a solução era seguir na informalidade de crédito dos latifundiários locais.

<sup>6</sup> Juntamente ao crédito temos o caxixe, “O ‘caxixe’ é um termo típico do sul da Bahia, muito comum nos municípios de Ilhéus e Itabuna, designando logro e esperteza exercidos na obtenção de terrenos e fazendas destinadas ao cultivo do cacau” (Oliveira, 2000, p.17). Essas práticas, segundo Oliveira (2000), serviram para a ampliação fundiária dos senhores de terra do Sul Baiano, um exemplo demonstrado por Freitas (2023) é o da Wildberg e Cia. que era a terceira maior credora de Ilhéus e tinha uma concentração fundiária de 118 fazendas com mais de 2 milhões de cacauzeiros plantados.

indispensáveis durante a colheita. Nessa época, as fazendas viam sua população aumentar conforme a produção e as necessidades da colheita.

Essa característica demográfica da região também explicava por que o trabalhador rural, exceto aqueles que conseguiam permanecer permanentemente, não se identificava plenamente com a zona onde trabalhava. Atraídos por salários mais altos oferecidos nas regiões vizinhas ou pela perspectiva de se tornarem pequenos agricultores, a verdade é que a maioria não se fixava, retornando às suas origens ou se encaminhando para outras terras.

Em função disso, não havia especialização de funções. O mesmo empregado tanto podia colher os frutos, como parti-los, levá-los ao tanque de fermentação, vigiar a barçaça ou atear fogo à estufa. Não se podia pensar em especializar um trabalhador que chegava semanas antes da safra e se retirava dias depois.

Tampouco havia sido cogitada seriamente a especialização; as escolas de capatazes programadas para funcionar ainda não haviam passado de simples conjeturas e planos esperançosos, porém irrealizados. Quanto ao regime de trabalho, distinguia-se entre o diarista e o empreiteiro, sendo este último pago por tarefa realizada e previamente acordada, enquanto o primeiro recebia por dia de trabalho cumprido. (Santos, 1957, p. 109-110)

### **A estrutura fundiária da região cacauceira**

Silva (1980) estabelece uma periodização do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sendo o recorte desse artigo presente nos dois últimos períodos: o período de 1933 a 1955 e o período de 1956 a 1967. Acerca do primeiro momento citado, é conceituado como uma fase transicional em que a

acumulação do capital se movimenta em um novo padrão, denominada de industrialização restringida.

Enquanto no segundo momento há uma intensificação de investimentos em industrialização pesada, sendo considerado um ciclo de acumulação de capitais propiciando assim a industrialização da agricultura, na qual a terra passa a ter papel de subordinação para a reprodução de capitais, como demonstra Silva:

Em outras palavras, o significado do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é outro senão o de transformar a terra, de uma dádiva da natureza, num elemento do próprio capital, produto das relações sociais de produção. A subordinação da terra representa, pois, a sua reprodução pelo capital, dado por suposto que o capital cria a forma de propriedade adequada a si mesmo. (Silva, 1980, p.334)

Entender o capitalismo nesses momentos colabora para a compreensão da estrutura fundiária como um todo, em se tratando da região cacauceira, na década de 1940 há uma estrutura com predominância de roças pequenas sendo recenseada pelo IBGE, conforme:

**Figura 1: Número de estabelecimentos rurais recenseados segundo a área (em hectares) na Região Cacauceira**

Município	1920							1940						
	Total	> 100 há	100 a 200 ha	200 a 1000 ha	1000 a 5000 ha	5000 a 10000 ha	> 10000 ha	Total	> 100 há	100 a 200 ha	200 a 1000 ha	1000 a 5000 ha	5000 a 10000 ha	> 10000 ha
Belmonte	821	712	65	38	5	1	0	2.062	1.750	142	148	21	1	0
Canavieiras	1.457	1.350	53	43	1	0	0	2.957*	2.543	197	191	22	0	0
Ilhéus	4.580	4.305	153	104	16	1	1	4.071**	3.519	336	203	12	0	0
Itabuna	2.049	1.950	70	24	4	1	0	4.231**	3.759	260	192	18	0	1
Una	738	680	28	29	1	0	0	1.497	1.427	34	30	5	1	0
Total Geral	9.645	8.997	369	238	27	3	1	14.818	12.998	969	764	78	2	1

Fonte: Freitas, A. G. (2023)

Através dessa tabela, pode-se concluir que na lavoura cacauceira nesse momento havia uma forte concentração de minifúndios contendo 12.998 estabelecimentos recenseados, todavia quando se analisa a porcentagem de crescimento da década de 1920 a 1940, observa-se um crescimento de 44,47% de propriedades menores 100ha enquanto as de 100ha a 200ha tem um crescimento de 162,60% e as de 200ha a 1000ha registram um aumento de 221,01%.

É observável que a quantidade de estabelecimentos recenseados no total aumentou em duas décadas, entretanto a ordem de crescimento em cada nível de área não foi proporcional, tendo aumentado a concentração fundiária na década de 1940.

**Figura 2: Estrutura Fundiária dos vinte municípios maiores produtores de cacau (1965)**

Classes de Fazendas	Estratos	Número de Fazendas (*)	Áreas Fazendas (ha)	
			Total (*)	Média
Buraras	I	2 528	81 165	32
"	II	1 538	68 858	45
Pequenas propriedades	III	1 751	98 153	56
"	IV	1 177	98 535	84
Médias propriedades	V	810	115 414	142
"	VI	346	93 751	271
Grandes propriedades	VII	87	48 790	560
"	VIII	27	25 315	938

Fonte: Alencar, M. H. (s/d)

Comparando com a estrutura fundiária apresentada no censo de 1940, observa-se que em 1965 há uma diminuição de fazendas num todo, sendo em 1965 registrados nas fichas cadastrais do CACEX um total de 8.264 estabelecimentos rurais. Isso se deve ao fato de serem fontes distintas de

recenseamento, todavia além desse fator, há também um aumento significativo de medias e grandes propriedades, intensificando a concentração de terra.

Além de que em 1965 a região cacauceira já havia passado pela crise administrativa do ICB e crise de preços, que intensificaram a concentração fundiária, pois em momentos de baixas no ciclo, o capital comercial aparece como comprador das pequenas e médias propriedades, tendo a concentração fundiária voltada em grande parte para a burguesia comercial presente na região.

Uma década depois, tem-se o cadastro dos produtores de cacau em 1979, um momento em que já havia sido iniciada uma modernização nos métodos de produção do cacau, e que as indústrias regionais passavam por uma reestruturação. E isso surtira efeito na região como um todo, e isso pode ser percebida na estrutura fundiária desse momento, conforme a tabela de 1980:

**Figura 3: Estrutura fundiária da Microrregião Ilhéus/Itabuna (1980-1996)**

Área	1980 (%)	1996 (%)
< 10 ha	60,90	38,65
10 a 100 ha	35,81	50,31
100 a 200 ha	2,38	5,87
100 a 500 ha	0,81	3,74
> 500 ha	0,11	1,43

Fonte: Rocha, L. B. (2008)

Em 1980 a estrutura fundiária passa a ter concentração maior em pequenos e médios produtores, sendo um dos momentos de alta do cacau e que a região como um todo colhia os frutos dos investimentos feitos nas décadas anteriores.

Observa-se que há uma propensão da concentração de terras serem maiores em momentos de crise da lavoura cacauceira, pois quando se analisa a

concentração de terras uma década e meio depois da de 80<sup>7</sup>, observa-se uma concentração maior em grandes produtores (acima de 500ha) tendo um crescimento em proporcionalidade aumentado em 1200% de uma década para outra.

### **Modernização agrícola e o manejo do cacau**

Mesmo antes da chegada da vassoura de bruxa na região, as plantações passaram por alguns momentos de crise na produção, como destaca Rocha (2008). Com o avanço da industrialização no Brasil, a agricultura passou por um processo significativo de transformação. No caso do cacau, investimentos tecnológicos só chegam ao campo após os receios advindos de períodos de crises, como é o caso da criação do ICB na década de 1930, e da CEPLAC, em 1957. (Freitas, 2023; Rocha, 2008)

O Instituto de Cacau da Bahia (ICB) surge na região em 1931, como medida de auxílio por parte do governo federal para amenizar os impactos da quebra da bolsa de Nova York. Freitas (2023) afirma que o Instituto funcionou na forma de uma sociedade cooperativa tendo como objetivo ajudar o desenvolvimento da agricultura cacaueira junto de outros objetivos bastante abrangentes. O ICB era mantido através de cotas sobre o valor da propriedade e do comércio aplicados na taxa de impostos em cada saca exportada.

A prosperidade, entretanto, foi drasticamente interrompida na década de 1990 com a chegada da praga conhecida como vassoura-de-bruxa

---

<sup>7</sup> Em um momento em que a região já havia sido acometida pela crise da vassoura de bruxa.

(*Moniliophthora perniciosa*), que devastou os cacauzeiros da região. A crise<sup>8</sup> resultante evidenciou a fragilidade das técnicas tradicionais de manejo e a urgência por inovações tecnológicas que pudessem assegurar a sobrevivência da cacauicultura baiana.

**Figura 4: Produção de cacau em amêndoas no Estado da Bahia - 1958-2004**

<b>Período</b>	<b>Produção (ton.)</b>	<b>Período</b>	<b>Produção (ton.)</b>
1958/59	184.800	1981/82	276.558
1959/60	178.760	1982/83	317.052
1960/61	129.000	1983/84	352.572
1961/62	194.125	1984/85	301.787
1962/63	184.850	1985/86	361.600
1963/64	104.965	1986/87	397.362
1964/65	117.931	1987/88	299.591
1965/66	150.126	1988/89	314.600
1966/67	157.934	1989/90	321.600
1967/68	159.732	1990/91	356.327
1968/69	87.765	1991/92	253.798
1969/70	96.539	1992/93	254.464
1970/71	123.654	1993/94	278.280
1971/72	142.799	1994/95	238.886
1972/73	173.138	1995/96	160.390
1973/74	181.693	1996/97	185.247
1974/75	187.693	1997/98	152.381
1975/76	271.788	1998/99	134.383
1976/77	215.245	1999/00	96.039
1977/78	239.352	2000/01	105.000
1978/79	209.765	2001/02	157.200
1979/80	323.207	2002/03	110.135
1980/81	402.481	2003/04	136.146

Fonte: Rocha, 2008.

<sup>8</sup> É possível observar outros fatores que causaram essa crise em específico, como a flutuação de preços do mercado internacional, fatores climáticos e o confisco monetário instituído no país em 1990, mesmo que o acontecimento da praga, a vassoura de bruxa.

Através da tabela acima, nota-se que o cacau a partir de 1990 tem uma queda progressiva de produção, e que em uma década posterior o cacau atingia menos da metade do que atingiu em 1990. Até o momento atual, a crise da vassoura de bruxa foi a crise cíclica que mais afetou a região como um todo.

Como tentativa de recuperação, pesquisadores e produtores começaram a adotar técnicas mais modernas, sendo a clonagem uma das mais significativas. A clonagem de cacauíferos permite a reprodução de plantas com características desejáveis, como maior resistência a doenças e produtividade superior. Além disso, a cacauicultura de precisão, que utiliza tecnologias como sensores e sistemas de monitoramento, vem ganhando espaço, permitindo um manejo mais eficiente e sustentável. (Carvalho, Soares Neto, Pinheiro, 2020)

Apesar dos avanços tecnológicos, a cacauicultura baiana ainda enfrenta desafios significativos, como a necessidade de capacitação dos produtores e a adaptação às mudanças climáticas. No entanto, a combinação de técnicas tradicionais e modernas oferece um caminho promissor para a revitalização da região cacauífera, garantindo a sustentabilidade econômica e ambiental da atividade. (Carvalho, Soares Neto, Pinheiro, 2020)

O manejo do cacau na região cacauífera baiana reflete uma história de adaptação e resiliência. Das barcaças à clonagem, as práticas evoluíram em resposta às demandas econômicas, sociais e ambientais, demonstrando a capacidade da cacauicultura baiana de se reinventar. Olhando para o futuro, é crucial que as inovações continuem a ser incorporadas, garantindo a continuidade e o fortalecimento desta cultura tão importante para a Bahia e para o Brasil. (Carvalho, Soares Neto, Pinheiro, 2020)

Geógrafos destacam a importância das condições ambientais, como temperatura, precipitação e umidade, que influenciam diretamente no tempo de maturação dos frutos e, conseqüentemente, na programação das colheitas.

Por outro lado, agrônomos ressaltam a importância das técnicas de colheita, que devem ser cuidadosas, - para evitar danos aos frutos e à árvore, - o que pode comprometer safras futuras. (Landau, Silva, Moura, 2020)

A colheita manual ainda é predominante na cacauicultura baiana, assim como o uso de ferramentas específicas para cortar os frutos sem danificar os ramos da árvore. Após a colheita, os frutos são transportados para unidades de processamento, onde são abertos para a retirada das amêndoas. Essas amêndoas passam por processos de fermentação e secagem, essenciais para o desenvolvimento de seus compostos aromáticos, que definem a qualidade final do chocolate. (Souza, 2017)

A colheita é uma etapa que demanda muita mão-de-obra, sendo uma das mais onerosas no ciclo produtivo do cacau. Agrônomos têm explorado o uso de tecnologias que possam reduzir o tempo e os custos associados à colheita, além de melhorar a eficiência do processo. No entanto, devido à natureza dos terrenos nas áreas cacauceiras e à delicadeza necessária no manuseio dos frutos, a mecanização ainda é um desafio. (Landau, Silva, Moura, 2020)

A partir das análises de Santos (1957) e Rocha (2008), as condições das fazendas brasileiras no período em questão revelam uma estrutura de produção predominantemente artesanal. Em muitas dessas propriedades, as práticas agrícolas estavam intimamente ligadas ao ciclo natural, sem grande interferência de maquinários ou tecnologias avançadas. As técnicas de cultivo, inicialmente, apresentavam serem passadas de geração em geração, refletindo um conhecimento tradicional que, embora eficiente em termos locais, começava a ser pressionado pelas demandas de uma economia que gradualmente se industrializava.

Rocha (2008, p. 234) aponta que nas fazendas, tudo era feito de forma quase autossuficiente, do plantio à colheita, até a entrega do produto a um

intermediário ou diretamente a uma indústria processadora. Esse modelo de produção, característico de um período pré-industrial, refletia as condições limitadas de infraestrutura e acesso a mercados. A industrialização das roças, portanto, não apenas transformou as técnicas de produção, mas também impactou profundamente as relações de trabalho e a organização espacial das fazendas.

Santos (1957), ao fazer uma pesquisa de campo numa fazenda de cacau ao fim da década de 1950, aponta que essa fazenda apresentava uma bela aparência, com aproximadamente 32 casas de estilo moderno, que serviam de moradia para “pessoas mais importantes”, trabalhadores e funcionários do ICB.<sup>9</sup> A disposição das moradias no espaço era organizada em avenidas, com as residências dos proprietários, além de uma capela e uma escola na avenida principal. A "Casa Grande" possui dois andares e era embelezada por um jardim na frente.

Transversal a essa avenida estão as casas dos trabalhadores e as barcaças que são em número de 17: estas têm a forma retangular, servindo a sua parte superior para a secagem de cacau e a inferior para a moradia de empregados. Nos dois lados opostos da parte superior estão colocados dois trilhos que se alongam e são sustentados por pilares, comparando-se com o que é observado na grande maioria das propriedades da região. Há, também, aí, uma grande estufa que, por meio do calor do fogo de lenha, exerce, com mais brevidade, a função cometida às barcaças. A estufa prepara o cacau com mais rapidez e sua utilização não depende do sol, o que a torna utilíssima nos meses de chuva. (Santos, 1957, p. 32)

---

<sup>9</sup> Na fazenda, Morro Redondo, que pertencia à família Maron, havia uma filial do Instituto do Cacau da Bahia. (Santos, 1957, p. 32-37)

Nesse trecho Milton Santos descreve a organização espacial das casas dos trabalhadores, especificamente as casas que servem tanto para a secagem do cacau quanto para a moradia dos empregados. As barcaças, com forma retangular, têm uma função dupla: a parte superior é utilizada para secar o cacau, enquanto a inferior abriga os trabalhadores. Além disso, são mencionados trilhos sustentados por pilares na parte superior das barcaças, comparando essa estrutura com outras propriedades da região. Também há uma estufa grande que acelera a secagem do cacau usando o calor do fogo de lenha, tornando o processo mais eficiente, especialmente durante os meses chuvosos, quando a secagem ao sol seria inviável.

Ao relacionar esse trecho com a premissa de Rocha, é possível identificar uma conexão entre a descrição das barcaças e a transição gradual das técnicas tradicionais para métodos mais industrializados na cacauicultura baiana. A descrição das barcaças ilustra uma prática tradicional, onde a secagem do cacau era feita de forma artesanal, aproveitando o espaço disponível nas próprias moradias dos trabalhadores. Esse método reflete a estrutura de produção predominantemente artesanal mencionada por Rocha (2008), em que as fazendas operavam de forma quase autossuficiente<sup>10</sup>.

Por outro lado, a presença da estufa na fazenda indica um avanço tecnológico, ainda que rudimentar, que buscava melhorar a eficiência da secagem do cacau, antecipando as mudanças trazidas pela industrialização das roças. Enquanto o método tradicional dependia do sol, a estufa permitia a secagem do cacau independentemente das condições climáticas, o que demonstra a pressão da economia em direção à modernização e industrialização das práticas agrícolas.

---

<sup>10</sup> A fonte de energia da fazenda era elétrica, fornecida por usina a óleo pertencente à propriedade. (Santos, 1957, p. 33)

Essa transição é alinhada com a análise de Milton Santos (1957), que observou uma fazenda de cacau no final da década de 1950, onde as moradias eram organizadas de maneira planejada e a produção agrícola já começava a incorporar técnicas que facilitavam o processo produtivo, preparando o cacau com mais rapidez e eficiência. Portanto, o trecho exemplifica um ponto de inflexão entre o modo de produção tradicional e as primeiras manifestações de industrialização no contexto rural baiano.

### **Condições de trabalho no setor cacauceiro**

O meio rural na zona cacauceira da Bahia, conforme descrito por Milton Santos (1957), apresenta uma ocupação do solo fortemente relacionada à exploração agrícola, particularmente do cacau. O habitat rural refere-se ao modo de ocupação do solo em função da agricultura, sendo característico dessa região.

O povoamento da zona do cacau ocorreu de forma gradual, inicialmente ao longo dos rios, que serviam como estradas naturais para penetração no território. Posteriormente, o avanço da produção agrícola levou à necessidade de explorar áreas mais distantes, processo que foi acelerado com a introdução da ferrovia e rodovia, além do aumento da demanda internacional por cacau e dos lucros associados à sua exploração. Entretanto, a produção de cacau não contribuiu para a formação de grandes núcleos urbanos, resultando em uma população majoritariamente rural. (Santos, 1957)

A distribuição da população na zona cacauceira foi influenciada pelas necessidades da produção agrícola. Nas grandes fazendas, o povoamento era disperso, com trabalhadores residindo no meio dos cacauceiros para evitar a perda de tempo com deslocamentos diários. As fazendas maiores possuíam

pequenas clareiras onde, além da casa do proprietário, estão localizados outros estabelecimentos ligados à produção, como estufas e barcaças, e também estruturas que atendem às necessidades dos trabalhadores, como armazéns, escolas e hospitais. Nessas fazendas, as construções eram limitadas para maximizar o uso da terra para o cultivo do cacau. (Santos, 1957)

Por outro lado, nas propriedades menores, chamadas de roças ou buraras, o proprietário geralmente construía sua casa ao lado da barcaça e das moradias dos trabalhadores, formando pequenos núcleos de povoamento. Esses núcleos podem se transformar em vilas ou povoados à medida que crescem para atender às necessidades básicas da população rural, como comércio e serviços. No entanto, essas vilas raramente abrigam mais de 10% da população total da região. (Santos, 1957)

Santos afirma que na década de 1950, mas refletindo sobre o período entre 1940-1950, e afirma que a maioria das propriedades na zona cacauceira tinha entre 10 e 100 hectares, com as grandes propriedades, acima de 100 hectares, representando uma pequena fração do total. Apenas 0,38% das propriedades são consideradas muito grandes, acima de 1.000 hectares. Apesar da predominância do cacau, outras culturas, como mandioca e café, eram cultivadas em menor escala, principalmente por pequenos lavradores em roças isoladas. (Santos, 1957)

O povoamento na zona cacauceira era, portanto, disperso e difuso, com pequenos grupos de habitações espalhados pela plantação, sem formar unidades urbanas significativas. A conexão entre o habitat rural e a infraestrutura viária era limitada, com as estradas e ferrovias servindo principalmente para escoar a produção agrícola, em vez de estruturar o povoamento. (Santos, 1957)

A tipologia do habitat rural na região pode ser representada pela convenção de Sorre, onde pequenas fazendas isoladas (tipo A) predominam seguidas por aldeias (tipo B) e vilas (tipos C e D), com as menores aglomerações representando a maior parte da população. Assim, a zona cacauceira apresenta uma concentração intercalar, secundária, em que aglomerações semi-rurais se sobrepõem à dispersão do "habitat" primário, evidenciando a íntima relação entre o modo de ocupação do solo e a exploração agrícola na região. (Santos, 1957)

Santos (1957) oferece uma análise crítica das dinâmicas sociais e econômicas na região cacauceira, evidenciando as limitações impostas pela estrutura de trabalho sazonal. A observação central gira em torno da volatilidade da mão de obra, que oscila entre períodos de intensa atividade durante a safra e momentos de baixa demanda durante a entre-safra, levando ao desligamento temporário de trabalhadores. Esse fluxo sazonal cria um cenário de precariedade e instabilidade no emprego, já que muitos trabalhadores não conseguem se fixar na região e retornam às suas localidades de origem ou buscam novas oportunidades.

A crítica mais evidente está na falta de especialização da força de trabalho. Como Santos (1957) pontua, a rotatividade dos trabalhadores e a sua contratação apenas por curtos períodos inviabilizam qualquer tentativa de capacitá-los ou especializá-los em funções específicas dentro da cadeia produtiva do cacau.

O meio rural apresenta, entretanto, uma queixa generalizada por parte dos empregadores com relação à alta rotatividade e a qualidade do trabalhador. A rotatividade parece acentuar-se mais entre trabalhadores solteiros (vivem sozinhos). Daí o maior interesse, em geral, em contratar trabalhador com família, o que dificulta a mudança frequente de um lugar para

outro. Por outro lado, a contratação com família implica em maiores condições residenciais. Há então, um dilema para o produtor: ou aparelhar sua fazenda com maiores condições habitacionais ou sujeitar-se à instabilidade do trabalhador. A primeira situação implica em maiores investimentos em favor do trabalhador; a segunda é um risco de frustração do produto. Importante seria dispor de dados referentes ao valor das perdas resultantes da falta de trabalhadores. (Trevizan, 1980, p. 11)

Esse trecho destaca uma problemática comum no meio rural, especialmente em fazendas, onde os empregadores enfrentam dificuldades com a alta rotatividade dos trabalhadores. A rotatividade, ou a frequência com que os trabalhadores mudam de emprego, é mais acentuada entre aqueles que são solteiros, possivelmente porque eles têm menos responsabilidades que os mantêm fixos em um único local de trabalho. Como resultado, os empregadores tendem a preferir contratar trabalhadores que possuem famílias, já que isso reduz a mobilidade e, conseqüentemente, a rotatividade, proporcionando maior estabilidade ao emprego.

Contudo, essa preferência gera um dilema. Contratar trabalhadores com família exige que o empregador ofereça melhores condições de moradia, uma vez que há mais pessoas envolvidas e mais infraestrutura necessária. Isso demanda maiores investimentos por parte do empregador. Por outro lado, não fornecer essas melhores condições implica em aceitar a instabilidade do trabalhador solteiro, que pode deixar a fazenda a qualquer momento, comprometendo a produção.

Isso reflete uma falha estrutural no modelo de organização do trabalho, que não incentiva o desenvolvimento de habilidades específicas. A mencionada ausência de escolas para capatazes reforça a crítica ao planejamento

inconsistente e à falta de investimento em qualificação, algo que poderia potencialmente gerar uma força de trabalho mais eficiente e conectada à região.

Além disso, o texto aborda as duas modalidades de remuneração (diarista e empreiteiro), destacando uma dinâmica de pagamento que reforça a incerteza econômica para o trabalhador, especialmente o diarista, cuja subsistência depende do número de dias trabalhados, contrastando com o empreiteiro, que recebe por tarefa realizada. Isso evidencia uma organização laboral marcada pela vulnerabilidade do trabalhador em face da sazonalidade e da variação na demanda de trabalho.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a cacauicultura baiana viveu seu apogeu, sendo o cacau o principal produto de exportação do estado da Bahia. Durante este período, a técnica de secagem em barcaças foi amplamente utilizada. O crescimento da produção levou ao desenvolvimento de uma economia cacauceira robusta, que transformou cidades como Ilhéus e Itabuna em centros econômicos e culturais.

Avançando para os processos culturais no plantio do cacau, Santos (1957) demonstra que uma das práticas comuns nas plantações de cacau - na etapa que antecede sua plantação - é a derruba e limpeza das matas deixando-as apodrecer no terreno como uma técnica de "adubação física". Santos mostra detalhes de práticas de plantio da escavação do solo ao espaço entre pés de cacau.

Após a plantação, eram necessários cuidados constantes, realizando limpezas e podas nos cacauceiros, a tiragem de enxerto e a abertura de valas para escoar água.

Entretanto, esses cuidados muitas vezes não eram realizados pelos lavradores, fazendo com que o cacau não tivesse total aproveitamento de sua possibilidade de rendimentos. Porém, o ciclo produtivo do cacau é contínuo, o

que significa que as árvores produzem frutos em diferentes estágios de maturação ao longo do ano, permitindo múltiplas colheitas. (Landau, Silva, Moura, 2020)

Historicamente, as condições de trabalho nas roças de cacau eram marcadas pela exploração e precariedade. A força de trabalho, muitas vezes composta por migrantes temporários, enfrentava jornadas extenuantes, períodos baixos e pouca ou nenhuma proteção social. Como destaca Milton Santos (1957), a sazonalidade do cultivo do cacau gerou uma dinâmica de concentração e dispersão de trabalhadores, que eram intensamente demandados na época da colheita e dispensados durante a entressafra.

Essa flutuação no emprego resultou em uma grande instabilidade para os trabalhadores, que frequentemente se deslocavam em busca de oportunidades em outras regiões. Rocha (2008) complementa esta análise ao destacar que o espaço rural cacauceiro funcionava como uma zona de transição para muitos trabalhadores, que não conseguiam se fixar devido à falta de políticas estruturantes. Além disso, a carência de especialização nas tarefas agrícolas e o imprevisto constante das relações de trabalho limitavam as oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal para esses trabalhadores, aprofundando a exclusão social.

A modernização do manejo do cacau é dinâmica, novas técnicas agrícolas, como a utilização de insumos químicos, novos métodos de poda e fermentação, além da mecanização de algumas etapas do processo produtivo. Essas inovações exigiram a especialização da mão de obra, criando um contraste com as formas tradicionais de trabalho, em que o trabalhador realizava múltiplas tarefas sem a exigência de uma formação técnica específica.

Santos (1957) critica essa ausência de especialização no modelo tradicional, observando que a alta rotatividade de trabalhadores temporários

impede o desenvolvimento de habilidades mais complexas e o treinamento técnico necessário para lidar com as novas tecnologias e demandas do mercado.

Por outro lado, a modernização trouxe a necessidade de trabalhadores capacitados para operar máquinas, supervisionar processos e gerenciar a produção com maior eficiência. Guerreiro de Freitas (2023), em seus estudos sobre o impacto da modernização no setor agrícola cacauceiro, destaca que a introdução de tecnologias modernas acabou por gerar um processo de estratificação no campo, onde alguns trabalhadores passaram para ter acesso a novas funções, enquanto a maioria contínua inserida em relações precárias, sem o benefício da modernização.

A industrialização das roças de cacau marcou um divisor de águas nas relações de trabalho e na organização da produção agrícola. Como descrito por autores como Santos (1957) e Rocha (2008), a transformação das fazendas em unidades semi-mecanizadas criou novas demandas por produtividade e eficiência.

A automação de algumas etapas do processo, como a secagem e a fermentação do cacau, prejudicou a necessidade de trabalho manual em determinados momentos, mas, ao mesmo tempo, aumentou a demanda por trabalhadores especializados, que desenvolveram equipamentos manuais e gerenciaram a produção de forma mais científica. No entanto, essa industrialização não se traduziu automaticamente em melhores condições de trabalho para a maioria dos trabalhadores rurais.

Além disso, é possível pensar que a industrialização trouxe consigo a marginalização de pequenos agricultores e trabalhadores não especializados, que, sem acesso à tecnologia e aos novos conhecimentos exigidos, ficaram cada vez mais excluídos do processo produtivo. Rocha (2008) aborda essa dualidade, afirmando que, apesar de algumas fazendas terem modernizado suas

operações, o impacto para a força de trabalho foi desigual, com uma parcela significativa dos trabalhadores permanecendo à margem do processo de industrialização.

### **Políticas públicas e desenvolvimento rural**

As políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural da região cacauceira tiveram um papel central na modernização do manejo do cacau, especialmente a partir de ações promovidas pela CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira).

Criada na década de 1950, a CEPLAC foi responsável por implementar uma série de políticas de incentivo à modernização agrícola, como o desenvolvimento de novas tecnologias, assistência técnica e programas de qualificação voltados aos produtores e trabalhadores rurais. Essas medidas visavam a inserir a produção de cacau da Bahia no mercado global, elevando a produtividade e profissionalizando o setor. (Rocha, 2008).

Contudo, a modernização trouxe consigo uma série de contradições. Enquanto a modernização tecnológica prometia aumentar a eficiência e a competitividade, ela também gerou a desestruturação de modos de vida tradicionais. Como apontam Rocha (2008) e Trevizan (1980), a capitalização da produção agrícola e a introdução de novas técnicas contribuíram para o aumento da desigualdade social no campo, empurrando muitos trabalhadores para o êxodo rural. A rotatividade dos trabalhadores e a falta de especialização nas funções eram problemas frequentes, uma vez que muitos migrantes rurais eram contratados apenas para períodos sazonais, limitando o desenvolvimento de uma força de trabalho qualificada e estável.

A CEPLAC também buscou enfrentar esses desafios através da criação de escolas agrícolas, como a EMARC, e programas de capacitação técnica para os trabalhadores. Esses programas tinham o intuito de preparar os trabalhadores rurais para lidar com as novas demandas tecnológicas e aumentar sua produtividade no campo. No entanto, como indica Trevizan (1980), a falta de continuidade e de infraestrutura adequada dificultou a plena implementação dessas políticas. Mesmo com os esforços da CEPLAC, a carência de mão de obra qualificada persistiu especialmente em atividades que exigiam maior especialização, como poda, secagem e combate a pragas. E a maior parte dos egressos da EMARC, cerca de 60%, conforme afirma Trevizan (1980), acabava por trabalhar na própria CEPLAC.

Além disso, a modernização também gerou tensões entre a preservação dos modos de vida tradicionais e as novas demandas do mercado. Para muitos trabalhadores, a adaptação ao novo cenário não foi simples. O êxodo rural, em parte estimulado pela busca por melhores condições de vida nos centros urbanos, foi um fenômeno recorrente. Programas como o PROCACAU visaram enfrentar esses problemas, mas os impactos econômicos e sociais foram ambíguos.

Embora tenha havido avanços na profissionalização e na inserção da produção de cacau no mercado global, as condições de trabalho nas roças muitas vezes permaneceram precárias, e as políticas de modernização, em muitos casos, beneficiaram apenas uma parcela dos produtores, especialmente os maiores, aprofundando a exclusão dos pequenos agricultores e dos trabalhadores menos especializados.

## Referências Bibliográficas

ALENCAR, Maria Helena. **Aspectos da concentração da produção de cacau e da estrutura fundiária na região cacauceira do Estado da Bahia**. Ilhéus: Editora da CEPLAC. s/d.

CARVALHO, J. I. C., SOARES NETO, H. F., PINHEIRO, L. I. F. **Da Vassoura-de-Bruxa à Fazenda de Chocolate: A Reconversão Produtiva no Sul da Bahia**. Desenvolvimento em Questão. Ano 16, n. 45, out./dez., 2020. p. 245-265.

FREITAS, A. F. G., PARAÍSO, M. H. B. **Caminhos ao encontro do mundo: a Capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul, Ilhéus 1534-1940**. Ilhéus: Editus, 2001.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. **A Bahia em pedaços**. Ilhéus: Editus, 2023.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. **Bahia cacauceira: um estudo de história recente**. Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1975.

LANDAU, E. C.; SILVA, G. A. da; MOURA, L.; HIRSCH, A.; GUIMARAES, D. P. (Ed.). **Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural no Brasil nas últimas décadas: produtos de origem vegetal**. Brasília, DF: Embrapa, 2020. v. 2, cap. 17, p. 529-555.

OLIVEIRA, A. M. C. S. **Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX**. Dissertação de Mestrado (UFBA). Salvador. 2000. 136p.

ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacauceira da Bahia: dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação**. 2. ed. Ilhéus: Editus. 2018.

SANTOS, Milton. **Zona do cacau: introdução ao estudo geográfico**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1957.

SILVA, J. G. **Estrutura fundiária e relações de produção no campo brasileiro**. Anais: II Encontro Nacional da ABCP. Águas de São Pedro. SP. 1980.

*Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca*

*Jaciane Aparecida Jesus da Cruz*

*Filipe França Neves de Oliveira*

p. 166 - 193

Modernização do espaço rural na região cacauceira:  
Manejo do cacau e condições dos trabalhadores  
(1940-1990)

**SOUZA, E. C. M. Análise Mensal: Cacau (amêndoa) – setembro de 2017.**  
Brasília: CONAB. 2017.

**TREVIZAN, S. D. P. Aspectos Sócio-Econômicos da Mão-de-Obra na  
Cacauicultura Baiana. Boletim Técnico 1: Comissão Executiva do Plano da  
Lavoura Cacauceira.** Ilhéus: Editora da CEPLAC. 1980.